Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

REQUERIMENTO DE DESAPENSAÇÃO

(Do Sr. Dep. KIM KATAGUIRI)

Requer a desapensação do Projeto de Lei 7.015, de 2010, do Projeto de Lei nº 4.221, de 2004

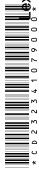
Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 142, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o Projeto de Lei nº 7.015, de 2010, seja desapensado do Projeto de Lei nº 4.221, de 2004.

Sala das Sessãoes, 2 de março de 2023.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal União Brasil/SP





Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

JUSTIFICATIVA

O apensamento do Projeto de Lei nº 7.015, de 2010, que trata especificamente de questão emergencial relacionado à validade de diplomas de ensino superior obtidos a partir da modalidade de ensino a distância, ao Projeto de Lei nº 4.221, de 2004, que estabelece as Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Superior, não atende ao requisito expressos no artigo 139, inciso I, e artigo 142, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por não se tratar de matéria idêntica ou correlata.

Com efeito, o PL 4.221, de 2004, que ora recebe o apensado, tem a finalidade de trazer uma revisão da LDB, criando para o ensino superior uma lei muito ampla e detalhada e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecendo uma legislação própria para Educação Superior. Por certo, diante de todas as evoluções e transformações sofridas no ensino superior ao longo dos últimos quase 20 anos, seria preciso uma revisão profunda.

O texto do projeto de lei foi elaborado levando em consideração 13 princípios: Conceituação, Qualidade, Liberdade, Diversidade, Regularidade Fiscal, Registro de Diplomas, Estatutos e Regimentos, Prazos, Composição das comissões, Padrões de qualidade, Corpo docente: Regime de trabalho e titulação, Expansão de vagas e Segurança jurídica.

Diante de toda essa amplitude, não é razoável que qualquer matéria relacionada à Educação Superior, seja ela bem específica ou um pouco mais ampla em alguns desses tópicos, tenha que ser apensada e fique com sua tramitação obstaculizada pela complexidade e abrangência do PL 4.221 de 2004.







Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Dito isso, o Projeto de Lei nº 7.015, de 2010, tem a finalidade apenas de inserir um comando em nossa legislação, para tratar sobre o assunto específico de diplomas de ensino a distância. Nos últimos anos, o número de alunos que preferem cursar a modalidade de ensino à distância no Brasil, vem aumentando gradativamente. Entretanto, o preconceito em relação aos formados pelo EAD (Ensino à Distância) ainda é grande em nosso país. Diversos Conselhos Profissionais, e até órgãos da administração pública, hesitam em aceitar a validade dos diplomas apresentados, mesmo após o licenciamento e credenciamento dos cursos em um setor muito regulado pelos órgãos competentes do Poder Público.

Isso significa uma inaceitável insegurança jurídica a que o país submete seus jovens e que precisa ser corrigida urgentemente. Essa atitude de base corporativista de alguns Conselhos Profissionais, está sendo questionada inclusive pelo CADE.

Desta forma, o projeto de lei em tela se limita a incluir dispositivo para pacificar, de forma definitiva, a validade dos diplomas desses estudantes.

Percebe-se, portanto, que, embora exista uma correlação por estar modificando a mesma legislação, os escopos e objetivos dos projetos são bem distintos.

Enquanto o PL 4.221/2004 revisa completamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o PL 7.015/2010 propõe a inclusão de um dispositivo simples que pode ajustar uma situação que prejudica milhares de estudante no Brasil.





Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Ademais, não se pode deixar de considerar que, se proposições diferentes e com objetivos diversos forem apensadas unicamente em razão de possuírem um único aspecto coincidente, o processo legislativo será prejudicado significativamente, pois não será dada a oportunidade de realização de debate individual e profundo de cada tema, já que serão tratados em uma única lei.

Seria inimaginável que questões legislativas importantes ficassem paradas por discussões sobre outras temáticas muito mais abrangentes e complexas.

Assim, pelas razões expostas, verifica-se que não há identidade que justifique a tramitação conjunta das proposições, pelo que se requer o desapensamento do Projeto de Lei nº 7.015, de 2010, do Projeto de Lei nº 4.221, de 2004.

Sala das Sessãoes, 2 de março de 2023.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal União Brasil/SP

